

Artigo / Article

# Gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em redações do Enem 2022

*Textual genres mobilized for the productive sociocultural repertoire in essays of the 2022 Enem*

**Ademir Juvêncio da Silva** 

Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

ademir.juv@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-6208-704X>

Recebido em: 06/02/2024 | Aprovado em: 21/05/2024

## Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar redações nota mil do Enem, edição de 2022, cujos repertórios socioculturais produtivos se baseiam em gêneros textuais. A fundamentação teórico-metodológica está inserida na teoria dos gêneros textuais desenvolvida pela Escola de Genebra, com o apoio de Bronckart (1999, 2000, 2003, 2006), além de Baltar (2007), Bertucci (2021), Bunzen (2004), Rojo (2008), entre outros autores. O *corpus* da pesquisa é composto por vinte e sete redações nota mil da edição de 2022 do Enem, publicadas pela revista *Cartilha Redação a Mil 5.0*. Como resultado, observou-se a recorrência do gênero textual normativo (*Constituição Federal de 1988*) em nove redações, além de outros quatorze gêneros utilizados pelos participantes para compor o repertório sociocultural produtivo. Isso possibilita o entendimento de que deve haver um esforço na formação acadêmica dos alunos voltado para o ensino e a aprendizagem da diversidade de gêneros textuais que possam auxiliá-los não apenas a desenvolver uma escrita autônoma, mas também a participar de práticas de interação social mais significativas.

**Palavras-chave:** Interacionismo sociodiscursivo • Práticas de interação social • Texto dissertativo-argumentativo

## Abstract

This article aims to analyze the top-scoring essays from the 2022 Enem (Brazilian National High School Exam), whose productive sociocultural repertoires are based on textual genres. The theoretical and methodological foundation is grounded in the genre theory developed by the Geneva School, alongside Bronckart (1999, 2000, 2003, 2006), as well as Baltar (2007), Bertucci (2021), Bunzen (2004), Rojo (2008), among other authors. The corpus consists of twenty-seven top-scoring essays from the 2022 edition of the Enem, published in the *Cartilha Redação a Mil 5.0* magazine. The results showed the recurrence of the normative genre (1988 Federal Constitution) in nine essays, along with fourteen other genres used by participants to compose the productive sociocultural repertoire. This suggests that academic training should focus on teaching and learning a variety of textual genres, which can help students not only develop autonomous writing skills but also engage in more meaningful social interaction practices.

**Keywords:** Sociodiscursive interactionism • Social interaction practices • Dissertative-argumentative text

## Considerações iniciais

A reflexão acerca das propriedades linguísticas de textos com viés argumentativo produzidos em exames de larga escala requer habilidades, por parte do pesquisador em Linguística Aplicada, para analisar se a sustentação da opinião do participante é realizada com eficiência. Produções com características persuasivas geralmente são solicitadas para avaliar a capacidade de escrita de candidatos a vagas em empregos e funções públicas ou ao ingresso no ensino superior em nosso país. Desse modo, é esperado que escolas de ensino médio procurem preparar seus estudantes com vistas a compreender as nuances de gêneros textuais, como a redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), cujas finalidades são a avaliação do desempenho dos alunos dessa fase da educação básica e a obtenção de pontuação suficiente para ter acesso à universidade.

Cabe pontuar que a educação pelo viés tecnicista tem preconizado a lógica produtivista, promovendo o hábito da busca de modelos “perfeitos” para alcançar resultados satisfatórios, a exemplo desses tipos de exame. Sabe-se que, como bem discutem Nörnberg e Jäger (2024), os aspectos utilitários e mercadológicos na procura por modelos práticos cerceiam diversas capacidades humanas, notadamente as de julgar e de agir, além de desconsiderarem situações imprevisíveis, necessárias para aguçar a criatividade e a proatividade ligadas ao caráter singular e plural do ser humano. Nesse sentido, este artigo não tem a pretensão de elencar padrões a serem seguidos, tendo em vista que consideramos a necessidade de a escola promover o desenvolvimento completo, ou seja, a formação geral do jovem, em detrimento de apenas ensinar protótipos estanques voltados a resultados padronizados, conforme bem assinalam os pensamentos de Rojo (2008).

## LINHA D'ÁGUA

Com a função de avaliar o desempenho escolar dos alunos concluintes da educação básica do Brasil, o Enem surgiu em 1998. Naquele ano, duas instituições de educação superior já consideraram as notas obtidas nesse exame como requisito para ingresso e, a partir de 1999, muitas outras se juntaram a esse grupo, perfazendo mais de cem instituições públicas brasileiras e cerca de cinquenta portuguesas, além de inúmeras instituições privadas que consideram o resultado obtido na prova para facilitar financiamentos e programas de bolsas de estudo. Desde a primeira aplicação, a prova do Enem é composta por questões objetivas relacionadas às áreas das Ciências da Linguagem, da Natureza, Humanas e Matemática, além de uma redação, cujo tema abrange um problema social que exige uma proposta de intervenção para minimizar os seus impactos na população do país (Brasil, 2023c).

Ao considerar que as propostas de redação no Enem têm sido projetadas de maneira idêntica ao longo dos anos – observando os comandos dos cadernos de prova e também a própria cartilha de orientações –, cabem reflexões e análises a respeito do repertório sociocultural mobilizado pelos participantes do exame. Nesse sentido, este artigo procura evidenciar os gêneros textuais aos quais 27 (vinte e sete) participantes do Enem do ano 2022, com nota máxima (mil) na redação, recorreram para organizar o seu repertório sociocultural de forma produtiva, a fim de concretizar a defesa da tese em seus textos. O uso do repertório sociocultural produtivo corresponde a uma competência específica responsável por 20% da nota total da redação, o que motivou a sua investigação neste artigo. Outros critérios, como uso da linguagem, argumentação, elementos coesivos e proposta de intervenção completam as quatro competências restantes avaliadas na redação do Enem.

Em termos teóricos, este trabalho lançou mão do interacionismo sociodiscursivo (ISD) da Escola de Genebra, sob coordenação de Jean-Paul Bronckart, para balizar as análises. O ISD é uma teoria que estuda a linguagem e a produção de conhecimento como processos sociais e discursivos, construídos a partir de interações de indivíduos inseridos em contextos culturais. Assim, o interacionismo sociodiscursivo considera que “o agir e a linguagem a ele associada desempenham um papel fundamental para a compreensão do funcionamento e desenvolvimento humano, ao mesmo tempo em que nos fornece procedimentos de análise para textos” (Zani; Bueno, 2017, p. 618).

Para melhor estruturação, houve a necessidade da divisão deste artigo em quatro seções: na primeira, traça-se um panorama sobre gêneros textuais, a sua importância para a interação sociodiscursiva e as condições de produção; na segunda, evidenciam-se as particularidades e estabilidades do gênero textual redação do Enem; a terceira seção descreve a competência dois, responsável por avaliar a capacidade do participante em entender o tema de redação proposto, utilizar conceitos de áreas do conhecimento para o desenvolvimento do seu texto (Brasil, 2023b) e mobilizar outros gêneros textuais como repertório sociocultural produtivo para a obtenção de nota máxima nesse critério; por fim, a seção quatro traça alguns comentários conclusivos a respeito do trabalho com gêneros textuais como repertório sociocultural e como caminhos para aprimorar a interação comunicativa.

## 1 Gêneros textuais e discurso

Para a comunicação verbal, todos os membros de uma comunidade linguística possuem à disposição um conjunto de textos de variados gêneros, cuja escolha será feita de acordo com as necessidades de cada um. Esses textos sofrem mudanças e adaptações ao longo do tempo, considerando os aspectos evolutivos da língua, de modo que o usuário percebe essas modificações de maneira intuitiva conforme ocorrem os eventos interativos. Os conjuntos de regras segundo as quais os textos se organizam se deixam transparecer por meio de regularidades no próprio uso que é feito na comunicação. Assim, nomeado por Jauss (1970) como “horizonte de espera”, é fato que o sujeito procure conhecer e buscar o melhor gênero para cumprir a função desejada no momento interacional vivenciado (Bronckart, 2003).

Com o objetivo de colaborar com essas escolhas, a escola se constitui como um espaço fundamental para possibilitar aos alunos práticas que lhes permitam conhecer os variados gêneros textuais de que podem dispor nos momentos de interação. Desse modo, a reflexão acerca dos mecanismos que constituem os textos e os gêneros, bem como ações para produção, é delegada à instituição escolar a fim de construir junto ao aluno caminhos para manter uma relação satisfatória com o mundo letrado para além dos muros institucionais. Nesse sentido, práticas tradicionais de ensino precisam ser repensadas tendo em vista que a própria linguagem se modifica com o tempo, de modo a atender às demandas do mundo contemporâneo (Bertucci, 2021).

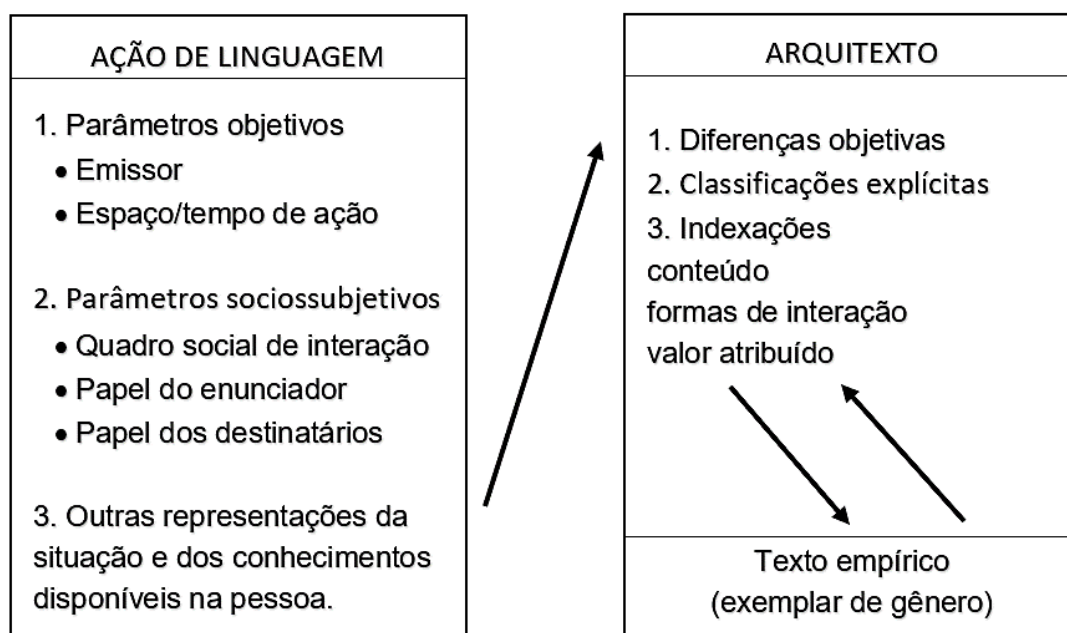
Com base nisso, o grupo de pesquisadores da Escola de Genebra – constituído por Bronckart, Schneuwly, Dolz, Pasquier, Haller, entre outros – propõe o ISD (Interacionismo Sociodiscursivo), em que uma “didática da diversificação” (Bronckart, 1991; Schneuwly, 1991 *apud* Bunzen, 2004) passa a substituir o ensino cuja abordagem é essencialmente gramatical. Assim, os aspectos históricos, sociais e do contexto de produção dos textos passam a ser o foco, vistos como “a realização semiótica de uma ação de linguagem situada, que se efetua tomando um dos modelos de gêneros disponíveis no intertexto de uma determinada língua natural” (Bronckart, 2000, p. 05). Para isso, a Escola de Genebra considera importante a pluralidade de textos, sobretudo aqueles gêneros que mais circulam na vida dos alunos, com implicações sociais significativas, para que o ensino possa ser de igual modo relevante para todos os envolvidos nesse processo (Bunzen, 2004). É necessário um cuidado, entretanto – como assevera Rojo (2008) –, para que não ocorra um ensino de gêneros como no modelo tradicional, havendo apenas a substituição do objeto de estudo.

Convém ressaltar que, para o ISD, o conceito de texto é idêntico à noção bakhtiniana, isto é, a “unidade comunicativa verbal, oral ou escrita, gerada por uma ação de linguagem que se acumula historicamente ‘no mundo das obras humanas’, que os indivíduos utilizam para interagir uns com os outros nos diferentes ambientes discursivos da sociedade” (Baltar, 2007, p. 147). Sob esse viés, devido a características semelhantes, os grupos de textos são classificados em gêneros, com o pressuposto de que os usuários da língua possam dispor de um conjunto de gêneros textuais nos momentos da interação. A esse conjunto de diversos gêneros

organizados em decorrência da cristalização dos usos, ou seja, de textos pré-existentes, dá-se o nome de arqutexto, perfazendo, desse modo, uma “nebulosa de gêneros” (Bronckart, 2006; Baltar, 2007). Ao utilizar a expressão “nebulosa de gêneros”, Bronckart se refere a um reservatório de modelos textuais cuja categorização é dificultada tanto pela quantidade quanto pelas constantes mudanças, remodelações e surgimentos de outros novos gêneros textuais devido à evolução e aos contextos sociais atuais que colaboram para interações e transformações históricas (Bronckart, 1999; Baltar, 2007).

Assim, o “espaço estruturado do arqutexto” torna-se importante para que não seja necessário criar um gênero, até então inexistente, a cada nova situação interativa, conforme pontuado pelos estudos bakhtinianos. Bronckart (2006) representa, por meio de um esquema, as condições de produção de um novo texto, como sugere a Figura 1:

**Figura 1.** Condições de produção de novo texto



**Fonte:** Adaptado de Bronckart (2006, p. 146).

Para a produção de um novo texto, o agente está permeado por três situações a fim de que a ação de linguagem se materialize: o próprio emissor; os objetivos sociais dessa ação, tendo em vista o papel do enunciador e dos destinatários; e os conhecimentos do agente a respeito do conteúdo que se deseja comunicar. Esse agente terá também à sua disposição o arqutexto (a nebulosa de gêneros, conforme citado anteriormente) da sua “comunidade verbal”. O duplo processo elencado pelas duas setas na figura 1 explicita a ação de escolher o gênero mais apropriado para cumprir com a função requerida e, ao mesmo tempo, fazer as adequações necessárias em decorrência das “particularidades da situação” da ação de linguagem. Com isso, tem-se o novo texto, com evidências do gênero selecionado e das adaptações realizadas pelo agente para suprir suas necessidades (Bronckart, 2006).

Desse modo, o ISD considera que as condições para a produção de um novo texto dependem de todos esses fatores relacionados com o contexto e com os interactantes. As regras e as formalidades linguísticas – até então salientadas no ensino tradicional da língua para que os membros de uma comunidade linguística se tornassem produtores textuais contumazes –, embora importantes, são sobrepostas pelo “agir de linguagem semiotizado por eles” (Bronckart, 2006, p. 142). De acordo com essa concepção, as situações que envolvem o agente são sempre novas e diversificadas, e, por isso, cada texto possui o aspecto de singularidade, embora possua traços de outros previamente elaborados para ações semelhantes. Portanto, a língua deve ser tratada pelos seus aspectos “discursivos e enunciativos” com finalidades sócio-históricas, e não em suas nuances formais e estruturais, para que a comunicação verbal se efetive, como defendem Bakhtin (2011), Bronckart (1999) e Marcuschi (2007).

Também é importante acrescentar que a Escola de Genebra estabelece uma diferença entre as formas de enunciação e os gêneros de textos. Em outros termos, para a análise de textos no quadro do ISD, há necessidade premente de fazer distinções entre gêneros textuais e tipos de discurso, principalmente na escola, para fins de trabalhos com os aspectos sociais da língua. Tipos discursivos são processos, “unidades linguísticas infraordenadas, ‘segmentos’ que não se constituem textos por si mesmos, mas que entram na composição dos textos em modalidades variáveis” (Bronckart, 2006, p. 151), enquanto os gêneros, conforme já explicitado, referem-se a “unidades comunicativas” mais abrangentes, intrinsecamente ligadas a um “agir de linguagem” específico (Bronckart, 2006).

A respeito dos tipos de discurso, a perspectiva de Bronckart é que há uma relação entre o sujeito e as estruturas linguísticas em seu processo de produção de texto. Essa relação se dá de modo implicado ou autônomo: a) a *implicação* refere-se à influência das estruturas linguísticas e das normas sociais que o auxiliam na forma como a linguagem será utilizada no processo de produção; b) a *autonomia*, por outro lado, refere-se à capacidade do agente de exercer controle e tomar decisões conscientes durante a produção textual, em que as relações “que suas [do texto] instâncias de agentividade mantêm com os parâmetros materiais da ação de linguagem [...] não são explicitadas” (Baltar, 2007, p. 151). Nesse processo de autonomia, o sujeito demonstra independência ao escolher expressões linguísticas e ao moldar o texto conforme suas intenções comunicativas.

De acordo com Muniz-Oliveira (2013), o ISD elenca que os tipos de discurso:

correspondem a operações linguístico-discursivas obrigatórias para a produção de qualquer enunciado, e são de quatro tipos: narração e relato interativo, referentes à atitude de locução do mundo discursivo do *narrar*; e discurso teórico e discurso interativo, referentes à atitude de locução do mundo discursivo do *expor* (Muniz-Oliveira, 2013, p. 78, grifos no original).

Isso posto, essas operações linguístico-discursivas são inerentes a todos os textos, inclusive sendo comum a presença de vários tipos discursivos no interior de um mesmo gênero textual, como bem exemplificou Marcuschi (2007) com o gênero carta pessoal. Além disso,

devido às regularidades que são observadas “na configuração dos textos/gêneros”, é conveniente associar esses “quatro *tipos de atitudes enunciativas* [...] aos *tipos de atitudes discursivas* do argumentar, expor, narrar, relatar, descrever, instruir, poetizar, dialogar” (Baltar, 2007, p. 153, grifos no original). Convém acrescentar que essas classificações não são inerentes aos gêneros textuais, tendo em vista que, no momento interacional, o agente pode optar por um ou outro gênero (artigo de opinião, ensaio, editorial), mesmo que a intenção inicial seja “argumentar” a favor de determinado assunto, por exemplo (Baltar, 2007). É acerca disso que passamos a discorrer, na próxima seção, a respeito do gênero textual redação do Enem, no sentido de que há inúmeras possibilidades de arranjar o repertório sociocultural legitimado pelas áreas do conhecimento e pertinente ao tema para que seu uso seja produtivo no texto do participante.

## 2 O gênero textual redação do Enem

O Enem é atualmente dividido em quarenta e cinco questões para cada uma das quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Humanas, Natureza e Matemática) e a produção de um texto em prosa, do tipo discursivo dissertativo-argumentativo, de até trinta linhas. Devido à recorrência desse texto solicitado pelo certame no decorrer de vinte e cinco anos, é unanimidade entre pesquisadores das áreas da Linguística e da Linguística Aplicada (Paulinelli; Fortunato, 2016; Prado; Morato, 2016; Bertucci, 2021; Oliveira, 2021; Silva, 2023) que a redação do Enem é um gênero textual de grande importância para a vida acadêmica de jovens e adultos do nosso país. Em relação aos comandos para a produção textual no exame, a semelhança é visível ao se observarem as propostas de redação do Enem 1999 e do Enem 2023, por exemplo:

### Quadro 1. Propostas de redação do Enem 1999 e do Enem 2023.

<p>Com base na leitura dos quadrinhos e depoimentos, redija um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre o tema: <b>Cidadania e participação social</b>.</p> <p>Ao desenvolver o tema proposto, procure utilizar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua formação. Depois de selecionar, organizar e relacionar os argumentos, fatos e opiniões apresentados em defesa de seu ponto de vista, elabore uma proposta de ação social.</p>
<p style="text-align: center;"><b>PROPOSTA DE REDAÇÃO</b></p> <p>A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para a defesa de seu ponto de vista.</p>

**Fonte:** Adaptado de Brasil (1999, 2023d).

Além da exigência do tipo dissertativo-argumentativo, é solicitado ao participante que, ao redigir seu texto, observe alguns pontos para não ter a nota zerada: escrever mais de sete linhas de texto; não fugir do tema proposto; não elaborar parte desconectada da proposta discutida ao longo da redação; no espaço destinado à escrita, não inserir assinatura ou qualquer indício de identificação; escrever o texto em língua portuguesa. Também se solicita que o

participante crie uma proposta de intervenção com o objetivo de diminuir os impactos do problema abordado pela temática; a proposta não deve ferir os direitos humanos.

De acordo com a Cartilha do Participante (Brasil, 2023b), a nota final da redação do Enem é composta por avaliações independentes de cinco competências, com o máximo de duzentos pontos cada uma (em todas as edições do exame, a nota final foi composta observando-se essas competências): a primeira competência refere-se ao uso da escrita formal da língua; a segunda avalia o atendimento ao tema e ao tipo de discurso; a terceira diz respeito à seleção, à organização, à interpretação e ao desenvolvimento das informações mobilizadas pelo participante para defender seu ponto de vista; a quarta competência trata do uso de articuladores textuais para a concatenação das ideias; por fim, a proposta de intervenção é avaliada na quinta competência. Todas essas competências, com exceção da segunda, podem receber de zero a duzentos pontos. A competência dois não pode ser avaliada no nível zero, pois o não atendimento ao tipo dissertativo-argumentativo ou ao tema leva a uma situação de nota zero à redação como um todo, sem a possibilidade de atribuição de pontuação nas demais competências.

Os professores que corrigem as redações do Enem (de acordo com editais das bancas avaliadoras publicados digitalmente) devem ser necessariamente graduados em Letras ou em Linguística. Depois do envio das informações para o site de inscrições, esses professores são submetidos a um curso *online* com exercícios avaliativos para cada módulo/competência e, ao término do curso, precisam passar por mais uma avaliação presencial (nos anos 2020, 2021 e 2022 essa avaliação se deu de maneira remota, devido ao distanciamento social para reduzir o avanço da pandemia da covid-19) composta por análise de redações (prova objetiva) e produção de um texto (prova discursiva). Após o ranqueamento das melhores notas obtidas, os aprovados fazem uma capacitação presencial e um pré-teste para, aí sim, iniciarem as correções das redações do Enem. A respeito do material da capacitação *online*, o Ministério da Educação (MEC) disponibilizou-o em seu portal, no ano de 2020, revelando-se como apoio importante para participantes que desejam melhorar a sua pontuação no exame.

Esse material, dividido em apostilas que versam sobre as situações que levam à nota zero e sobre cada uma das cinco competências supramencionadas, explicita detalhadamente os pontos necessários para a atribuição das notas em cada um dos níveis dessas competências. O foco deste estudo recai sobre a competência dois, que, segundo a Cartilha do Participante do Enem 2023, diz respeito a “Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa” (Brasil, 2023b, p. 11). Desse modo, o participante precisa entender a temática solicitada e também conhecer a estrutura de um texto com tipo discursivo dissertativo-argumentativo para defender o seu ponto de vista. Esse tipo discursivo é entendido pela equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) como

aquele que se organiza na defesa de um ponto de vista sobre determinado assunto. É fundamentado com argumentos, a fim de influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e explicar ideias. Por isso, há uma dupla natureza nesse tipo textual: é argumentativo porque defende um ponto de vista, uma opinião, e é dissertativo porque utiliza explicações para justificá-lo. O objetivo desse texto é, em última análise, convencer o leitor de que o ponto de vista é acertado e relevante. Para tanto, mobiliza informações, fatos e opiniões, à luz de um raciocínio coerente e consistente (Brasil, 2023b, p. 14).

Vê-se claramente que se trata de um tipo discursivo do mundo do expor, como bem aponta Bronckart (2006), com viés argumentativo. Porém, neste artigo, o propósito é verificar os gêneros textuais mobilizados para a organização do repertório sociocultural, visto que, segundo a Cartilha do Enem (Brasil, 2023b, p. 11, grifo no original): “outro aspecto avaliado na Competência II é a presença de **repertório sociocultural**, que se configura como uma informação, um fato, uma citação ou uma experiência vivida que, de alguma forma, contribui como argumento para a discussão proposta.” Assim, tal aspecto, relevante para alcançar pontuações elevadas nessa competência, passa a ser debatido na sequência.

### 3 Os gêneros textuais como repertório sociocultural produtivo

As redações que obtiveram nota mil nas edições mais recentes do Enem revelam-se como um material interessante daquilo que se espera desse gênero textual. O rigor das avaliações, algumas mudanças nos critérios de discrepâncias de notas atribuídas por dois avaliadores nos últimos anos e a atenção dada pela mídia às redações com nota máxima podem ser fatores que contribuíram para a diminuição na quantidade de textos com essa nota em cada edição. Como bem assevera Bertucci (2021), enquanto em 2013 foram 481, em 2015 houve a redução desse número para 104 e, em 2019, apenas 53 redações obtiveram pontuação máxima no Enem. De acordo com Felpi (2023), na edição de 2022, 32 participantes obtiveram nota mil;<sup>1</sup> dessas redações, o autor conseguiu reunir 27 para compor sua obra *Cartilha redação a mil 5.0*.

Para a análise dessas vinte e sete redações neste artigo, pautou-se pela pesquisa descritiva e interpretativa, devido à necessidade da observação e reflexão acerca dos fenômenos presentes nos documentos analisados (Erickson, 1986). Além do mais, apoiou-se na pesquisa bibliográfico-documental, conforme Gil (2010), considerando a fundamentação em aportes teóricos capazes de balizar as investigações realizadas neste estudo acerca dos gêneros textuais mobilizados para a construção produtiva do repertório sociocultural em redações nota mil no Enem, edição de 2022. Assim, de posse da *Cartilha redação a mil 5.0*, procedeu-se à leitura de todos os textos para a observação do repertório em cada um dos parágrafos. Como repertório

---

<sup>1</sup> A mídia divulgou, no início de 2023, que foram 18 textos avaliados com nota mil na edição de 2022. Porém, em consulta ao site do Inep, é possível acessar os metadados e confirmar que foram realmente 32 redações com nota máxima, como apontado por Felpi (2023).

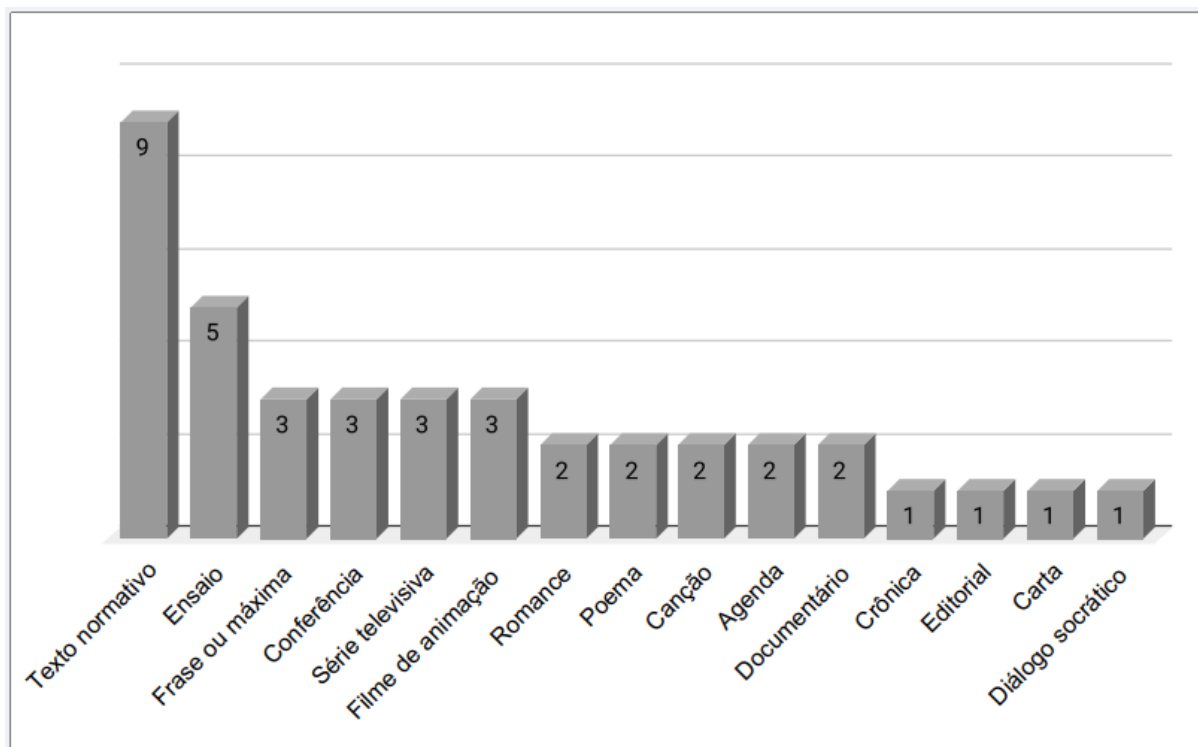
sociocultural produtivo, entende-se o que é explicitado na *Cartilha do Participante* do Enem 2023, ou seja, que o autor da redação seja capaz de:

Selecionar, a partir de seus conhecimentos próprios, e não apenas dos textos motivadores, informações de áreas do conhecimento pertinentes ao tema e articulá-las de modo produtivo no seu texto, evidenciando que elas servem a um propósito muito bem definido: ajudá-lo a validar seu ponto de vista (Brasil, 2023b, p. 11).

Assim, para que o repertório sociocultural seja produtivo, é necessário que o evento de conhecimento geral escolhido seja articulado com a discussão do participante na sua redação. A produtividade do repertório sociocultural mobilizado está atrelada à forma como o participante insere essas informações legitimadas pelas áreas do conhecimento (Literatura, Arte, História, Biologia, Geografia, Direito, documentos oficiais, mídias de informação, entre outras) e as vincula, por meio de analogias ou confrontos, à opinião exposta a respeito da temática. Atentando-se a isso, para este estudo, houve o cuidado em observar quais são os gêneros textuais mais recorrentes utilizados por participantes com redações nota mil do Enem edição 2022 como repertório sociocultural de maneira produtiva.

Para melhor apresentar os resultados, foi elaborado o gráfico 1, em que são apresentados os gêneros textuais utilizados pelos participantes para constituir o repertório sociocultural produtivo em seus textos e atingir 200 pontos na competência dois da redação do Enem.

**Gráfico 1.** Gêneros textuais utilizados em 27 redações nota mil no Enem 2022.



**Fonte:** Elaboração própria.

Conforme aponta o gráfico, observa-se que o gênero textual denominado “texto normativo” foi o mais utilizado, ocorrendo em nove redações. A utilização desse gênero refere-se ao emprego de artigos da Constituição Federal do Brasil, de 1988, para sustentar a opinião dos participantes acerca da temática da redação do Enem 2022: “Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil”. Essa temática revela que ainda precisamos afirmar direitos básicos contidos na Constituição Cidadã, e a discussão do assunto em uma proposta de redação de larga escala, em que cerca de 3 milhões de jovens e adultos se propuseram a realizar, é uma maneira de trazer à tona debates acerca de estratégias para a sua problematização. A mobilização desse repertório sociocultural foi bastante diversificada para sustentação da opinião explicitada nos textos, observando-se questões relacionadas com a demarcação de terras, direitos sociais, inclusão, garantia de cidadania e direito à educação, como se nota na transcrição do trecho de uma redação com nota máxima disponibilizada na coletânea *Cartilha redação a mil 5.0*:

De início, é importante observar que a inércia governamental é uma das principais barreiras para a valorização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é quebrado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui seus direitos estabelecidos, a exemplo da demarcação de terras, sendo perversamente abandonada por um governo que não oferece o suporte e o auxílio garantidos por lei. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos os brasileiros. Desse modo, a postura governamental vigente acentua a negligência perante os povos naturais do país (Felpi, 2023, p. 7).

Esse excerto corresponde à transcrição do segundo parágrafo da primeira redação disponibilizada na coletânea organizada por Felpi (2023). Nele, vê-se que o participante menciona um documento oficial (a Constituição Brasileira de 1988), demonstrando, dessa forma, que o repertório sociocultural é legitimado pelas áreas do conhecimento. Logo na sequência, afirma que este documento visa a “garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas”. Essa afirmação assegura a pertinência ao tema da redação do Enem 2022, visto que o autor do texto deixa explícito que a preservação, a exaltação e as medidas de proteção das culturas das comunidades nativas estão presentes no documento oficial citado, associando, assim, o repertório sociocultural (a Constituição) a um dos elementos do tema (comunidades tradicionais). E, de fato, é sabido que a Constituição Federal trata da garantia plena do exercício dos direitos culturais, como se nota no parágrafo 1º do artigo 215: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (Brasil, 2023a).

Nota-se que, até a linha 4 do excerto, houve a citação de um documento oficial (repertório sociocultural legitimado) e a pertinência ao tema (associação do repertório com as comunidades nativas). Para que esse repertório sociocultural legitimado e pertinente ao tema tenha uso produtivo e o candidato alcance a pontuação máxima na competência dois, é necessário que haja vinculação à discussão proposta. Tal conexão deve ser realizada por meio de comparações, analogias, contrapontos ou exemplificações entre o repertório mobilizado e a argumentação do participante ao longo do parágrafo ou do texto em si. E isso é evidenciado logo após a pertinência ao tema, ao introduzir o período seguinte com o elemento coesivo “Entretanto” no início da linha 5 – indicando que o próximo comentário será um contraponto aos elementos anteriores. Dessa forma, todas as informações posteriores dão conta de demonstrar o vínculo entre o documento oficial, a temática solicitada e a discussão do participante, já que o contraponto é estabelecido de maneira produtiva ao afirmar que os direitos constitucionais não são observados devido à falta de demarcação de terras e, conseqüentemente, à desvalorização dessas culturas.

O próximo excerto igualmente auxilia a compreensão do repertório sociocultural legitimado, pertinente ao tema e com uso produtivo na redação do Enem 2022:

Conhecida como “Cidadã”, a Constituição Federal de 1988, promulgada durante o processo de redemocratização do Brasil, garante os direitos sociais, políticos e civis de todos os cidadãos brasileiros, incluindo os povos originários. No entanto, apesar da garantia constitucional, na atualidade, tal minoria ainda sofre com a desvalorização e com o preconceito na sociedade, tendo seus direitos negligenciados, em contraste com a Carta Magna. Tal exclusão tem origem no racismo estrutural e é fomentada pelo desconhecimento populacional. Assim, é preciso estudar maneiras de superar os desafios que impedem a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil (Felipi, 2023, p. 45).

Esse trecho é o parágrafo inicial do vigésimo texto da coletânea organizada por Felipi (2023), e possui repertório sociocultural legitimado (a Constituição Federal de 1988) na sua primeira linha. No final do primeiro período, o participante confirma a pertinência ao tema da redação do Enem 2022 ao mencionar que os povos originários são incluídos entre os cidadãos brasileiros que possuem os direitos sociais, políticos e civis garantidos pelo documento oficial citado, faltando, por enquanto, o uso produtivo para alcançar a pontuação máxima na competência dois. Logo a seguir, o candidato propõe um contraponto aos direitos que deveriam ser garantidos pela Carta Magna ao iniciar o próximo período com o elemento coesivo adversativo “No entanto”, informando os sofrimentos que os povos originários enfrentam com a desvalorização e o preconceito da sociedade causados pelo racismo estrutural e pelo desconhecimento populacional, assegurando, assim, o uso produtivo do repertório sociocultural legitimado e pertinente ao tema. Portanto, o gênero textual texto normativo, por meio da Constituição Federal, colaborou sobremaneira para que redações excelentes pudessem alcançar a nota máxima nesta edição do Enem, demonstrando a importância de se abordar esse gênero no mundo escolar de estudantes que estão se preparando para prestar o exame.

O segundo gênero de texto mais utilizado foi o ensaio, presente em cinco redações nota mil. É interessante pontuar que o uso desse gênero, em contraponto ao do texto normativo, foi bastante variado, sendo observado que os candidatos recorreram a cinco títulos diferentes em suas redações: *Ideias para adiar o fim do mundo*, ensaio do autor indígena Ailton Krenak; *O capital*, de Karl Marx; *Pedagogia do oprimido*, de Paulo Freire; *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil*, de Gilberto Dimenstein; e *Por uma educação romântica*, ensaio de Rubem Alves. A diversidade de ensaios utilizados para compor o repertório sociocultural produtivo pode ser atribuída ao caráter realístico desse gênero textual, visto que denunciam situações críticas da sociedade em geral, facilitando, assim, as analogias com a problemática factual solicitada pela proposta de redação do Enem.

Com a frequência em três redações nota mil, o gênero de texto frase (ou máxima) tornou-se o terceiro gênero mais utilizado. Assim como aconteceu com o ensaio, as frases não se repetiram nas três redações em que foram observadas: uma de Immanuel Kant, outra de Sêneca e outra de Francis Bacon. Essa quantidade de frases mobilizadas para o repertório sociocultural produtivo reforça a ideia de que grande parte dos autores de redações com nota máxima não optam por este gênero para tornar seus textos excelentes, ao contrário do que muitos participantes pensam ser mais interessante – isto é, “decorar” uma frase que possa se encaixar e sustentar a argumentação de qualquer temática cobrada como proposta de redação.

A mesma frequência em três redações foi observada em relação ao gênero conferência, com destaque para o geógrafo Milton Santos, autor de *As cidadanias mutiladas*, a única conferência citada pelos participantes. Esse texto tem sido enfatizado devido à abrangência de questões sociais – como o racismo e a democracia que não atinge todas as parcelas da população –, típicas de propostas de redações do Enem. Além disso, o gênero série televisiva também esteve presente em três redações, sendo *Anne with an E*, *Cidade invisível* e *Aruanas* citadas em uma redação cada, por abordarem questões alusivas ao preconceito ao povo indígena, à exploração econômica de região com população ribeirinha e a mulheres que lutam contra esquemas criminosos na Amazônia, respectivamente, relacionando-se, dessa forma, com o tema da redação da edição de 2022. Também se verificou que o gênero filme de animação (*Encanto*, *O corcunda de Notre Dame* e *Pocahontas*) foi utilizado em três redações nota mil.

Como gêneros textuais presentes em duas redações, observaram-se: o romance (*Iracema* e *Triste fim de Policarpo Quaresma*); o poema (*Erro de português*); a canção (*Imagine* e *Brasileiro*, da banda cearense Selvagens à Procura da Lei); a agenda (*Agenda 2030*); e o documentário (*Guerras do Brasil.doc*). E, por fim, os gêneros a seguir, como demonstrado no gráfico 1, foram mobilizados uma vez para compor o repertório sociocultural produtivo de redações nota mil: crônica (*Crônicas da educação*); editorial (*Colonialismo insidioso*); carta (*Carta de Pero Vaz de Caminha*); e diálogo socrático (*A República*).

Ressalta-se ainda que houve mobilização de outros repertórios socioculturais de forma produtiva nas redações, tais como: períodos históricos, obras de arte, teorias, conceitos e processos. Além disso, como há possibilidade de utilização do repertório produtivo em cada

parágrafo da redação (sendo muito raro na conclusão), as redações nota mil geralmente apresentam esse tipo de repertório nos três parágrafos iniciais (mesmo sendo suficiente em apenas um para alcançar 200 pontos na competência dois). Assim, um candidato, por exemplo, usou produtivamente na introdução o gênero documentário; no segundo parágrafo, uma canção; e, no terceiro parágrafo, a carta. Por isso, o número de gêneros contabilizados no gráfico 1 é maior do que o número de redações analisadas.

Percebe-se, assim, que os participantes do Enem mobilizaram uma diversidade de gêneros textuais – a partir do arquitexto disponível em sua comunidade verbal, conforme evidenciado por Bronckart (2006) – capazes de colaborar com o repertório sociocultural na produção de texto. Com exceção do texto normativo e da conferência, praticamente todos os outros gêneros tiveram menção a títulos variados, comprovando a necessidade do trabalho diversificado na escola, não só pelo professor de língua portuguesa, mas de todo o conjunto de docentes, a fim de colaborar com o aumento de exemplares disponíveis na nebulosa de gêneros (e de textos, acrescentaria) dos estudantes.

## Considerações finais

A distinção entre gêneros textuais e tipos discursivos torna-se fundamental em uma sociedade que almeja alcançar a proficiência em leitura e escrita. Isso possibilita que as interações sociais sejam claras e inequívocas (no sentido de evitar controvérsias, indefinições ou incorreções nos momentos interativos diversos), contribuindo para que objetivos individuais e coletivos sejam atingidos com mais facilidade e precisão. O gênero textual redação do Enem tem se consolidado como um exemplo para a observação de como os nossos educandos terminam o ensino médio – de acordo com dados do Inep, a maioria dos participantes está cursando alguma série desta fase escolar – a respeito dos conhecimentos linguísticos e de produção textual. Nesse sentido, os autores neste artigo evidenciados corroboram a importância da escola em proporcionar um trabalho com gêneros textuais que promovam a diversificação, como o ISD alavancou.

Seguindo essa lógica, a análise de vinte e sete redações com nota máxima no Enem, edição de 2022, confirma a tese da diversidade de gêneros textuais mobilizados para o repertório sociocultural produtivo em seus textos. O destaque recai sobre o gênero texto normativo, por meio da Constituição Federal de 1988, permitindo a consideração de que não só o componente curricular Língua Portuguesa exerce papel preponderante para a produção de uma redação excelente no Exame Nacional do Ensino Médio, mas também a abrangência e o estudo da Constituição em Sociologia, Filosofia e História, por exemplo, possibilitará conhecimentos mais vastos em relação a este documento essencial para protagonizar uma cidadania ativa.

Além disso, a presença de quinze diferentes gêneros textuais mobilizados com uso produtivo em um universo de vinte e sete redações configura-se um número considerável,

reforçando o papel da escola no processo de aprendizagem de diversos gêneros para formação acadêmica e social dos alunos. Também importa ressaltar a mobilização de períodos históricos (a Colonização do Brasil, em quatro redações e a Primeira Fase do Romantismo, em três redações) e conceitos e processos (como a violência simbólica, epistemicídio, ideal de coletividade, princípio da responsabilidade, mito do bom selvagem, processo de reificação, magnificação trófica e outros pensamentos de sociólogos e filósofos) utilizados de maneira produtiva nas redações. Esse tipo de repertório sociocultural evidencia que, para redações excelentes, os participantes com base escolar sólida procuram diversificar os usos de confirmações da sua argumentação para defenderem seus pontos de vista. Isso, conforme enfatizado por Rojo (2008, p. 100), deve ser ponderado não só para melhorar o desempenho em exames e para que o número de redações nota mil comece a sofrer um impacto positivo, mas sobretudo para que “a formação geral do jovem como protagonista da coisa pública, como leitor e produtor crítico” seja repensada de maneira coletiva no ambiente escolar.

## Referências

- BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- BALTAR, M. A. R. O conceito de tipos de discurso e sua relação com outros conceitos do ISD. In: GUIMARÃES, A. M. M.; MACHADO, A. R.; COUTINHO, A. *O interacionismo sociodiscursivo: questões epistemológicas e metodológicas*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- BERTUCCI, R. A. Propriedades linguísticas da redação do Enem: uma análise computacional. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 29, n. 2, p. 999-1032, 2021.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Redação*. Brasília, DF, Inep/MEC, 1999. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/enem/provas/1999/1999\\_amarela.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/provas/1999/1999_amarela.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2023a. 496 p. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 22 mai. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *A redação do Enem 2023: cartilha do participante*. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/avaliacoes-e-exames-da-educacao-basica/a-redacao-no-enem-2023-cartilha-do-participante>. Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Avaliações e Exames Educacionais: Enem – Histórico*. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/historico>. Acesso em: 09 dez. 2023.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Exame Nacional do Ensino Médio*. Prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação. Prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, DF, Inep/MEC, 2023d. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/enem/provas\\_e\\_gabaritos/2023\\_PV\\_impresso\\_D1\\_CD4.pdf](https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2023_PV_impresso_D1_CD4.pdf). Acesso em: 18 jan. 2024.
- BRONCKART, J-P. *Atividades de linguagem, texto e discurso*. São Paulo: EDUC, 1999.

## LINHA D'ÁGUA

- BRONCKART, J-P. *O ensino dos discursos: da apropriação prática à maestria formal*. 2000 (*mimeo*).
- BRONCKART, J-P. Gêneros textuais, tipos de discursos e operações psicolinguísticas. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 11, n. 1, p. 49-69, jan./jun. 2003.
- BRONCKART, J-P. Os gêneros de textos e os tipos de discurso como formatos das interações propiciadoras de desenvolvimento. In: BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas: Mercado de letras, 2006. p. 121-159.
- BUNZEN, C. *O ensino de “gêneros” em três tradições: implicações para o ensino-aprendizagem de língua materna*. 2004. Disponível em: [http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/public\\_clecio/o\\_ensino\\_de\\_generos.html](http://www.letramento.iel.unicamp.br/publicacoes/public_clecio/o_ensino_de_generos.html). Acesso em: 08 jan. 2024.
- ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTROCK, M. C. *Handbook of research on teaching*. New York: Macmillan Publishing Co., 1986.
- FELPI, L. (org.). *Cartilha redação a mil 5.0*. 2023. Disponível em: <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>. Acesso em: 15 dez. 2023.
- GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- JAUSS, H. R. Littérature médiévale et théorie des genres. *Poétique*, n. 1, p. 79-101, 1970.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- MUNIZ-OLIVEIRA, S. O interacionismo sociodiscursivo: elaboração de modelo didático para o ensino de gêneros textuais. *Revista Educação e Linguagens*, v. 2, n. 3, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeducuclings/article/view/6361/4382>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- NÖRNBERG, M.; JÄGER, J. J. Formação humana como ação intelectual, ética e política. *Revista Linguagens, Educação e Sociedade*, v. 18, n. 57, p. 1-23, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/3939>. Acesso em: 22 maio 2024.
- OLIVEIRA, I. F. A. Subsídios para o trabalho com o gênero discursivo redação do Enem. *Revista Eletrônica Interfaces*, v. 12, n. 1., p. 242-258, 2021. Disponível em: [https://revistas.unicentro.br/index.php/revista\\_interfaces/article/view/6569/4729](https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6569/4729). Acesso em: 15 jan. 2024.
- PAULINELLI, M. P. T.; FORTUNATO, G. C. A redação do Enem à luz dos gêneros discursivos e textuais. *Revista Virtual de Letras*, v. 8, n. 1, p. 282-299, jan./jul. 2016.
- PRADO, D. F.; MORATO, R. A. A redação do Enem como gênero textual/discursivo: uma breve reflexão. *Cadernos CESPUC de Pesquisa*, n. 29, p. 205-219, 2016. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoscespuc/article/view/P2358-3231.2016n29p205>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- ROJO, R. H. R. Gênero de discurso/texto como objeto de ensino de línguas: um retorno ao trivium? In: SIGNORINI, I. (org.). *[Re]discutir texto, gênero e discurso*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 73-108.
- SILVA, A. A.; CAVALCANTE, F. M. L. O gênero redação do Enem: um estado do conhecimento. *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação - EID&A*, v. 23, n. 2, p. 51-70, 2023. DOI: DOI: <https://doi.org/10.47369/eidea-23-2-3645>.
- ZANI, J. B.; BUENO, L. O ISD, a Análise da Conversação e os Meios não-linguísticos: uma proposta de quadro de análise da comunicação oral em eventos científicos. *Revista Veredas – Interacionismo Sociodiscursivo*, v. 21, n. especial, p. 615-640, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-2243.2017.v21.28027>.